

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração do IR ainda deve ser entregue, mas há multa 3

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal eleva previsão de declarações do IR para 34,1 milhões 4

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco questiona o comprometimento do governo com reforma 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro não quer reforma, diz ministro 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Exigência de prova de vida do INSS volta a valer hoje 8

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quem é obrigado a fazer a prova de vida do INSS em 2021 9

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lira diz que reforma tributária será a possível e melhorará sistema 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lira: reforma tributária não deverá ser grande 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança no cálculo do PIS/Cofins afeta União 12

AGORA - SÃO PAULO - SP - AGORA/GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer instalar autoatendimento 14

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco e Lira divergem sobre apoio do governo 15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Crise hídrica pode impactar inflação, afirma secretário 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contas públicas têm superávit recorde em abril 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Endividamento bate novo recorde - ECONOMIA 19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Crise econômica pode ter impacto na inflação e na economia 20

Terça-Feira, 1 de Junho de 2021

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes: 'economia está em rota surpreendente' 21

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado prevê crescimento econômico de 3,96% neste ano 22

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
ECONOMIA

Custo de remédios atinge sobretudo as pessoas idosas 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Como seca histórica traz risco de inflação e racionamento 25

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CAPA
ECONOMIA

Mercado financeiro prevê alta de 3,96% na economia em 2021 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Jabutis" da Eletrobras podem custar R\$ 41 bi 28

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira afirma que reforma tributária será a possível 30

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Metas sociais para reduzir a desigualdade (2) 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alta da tarifa de energia ameaça o teto do governo para a inflação 32

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro defende investimentos na Amazônia 34

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SERVIDOR PÚBLICO

Senadores questionam engajamento do Executivo 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes diz a Pacheco que Bolsonaro não quer a reforma administrativa 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco e Lira divergem sobre apoio do governo à administrativa 38

Declaração do IR ainda deve ser entregue, mas há multa

Bernardo Caram *brasil*

Até o fim da tarde desta segunda-feira (31), aproximadamente 1,4 milhão de pessoas não haviam enviado suas declarações de Imposto de Renda à **Receita Federal**. O prazo para entrega dos formulários se encerrou às 23h15.

A partir desta terça (1º), contribuintes que não fizeram o envio continuarão com acesso ao sistema de preenchimento. No entanto, haverá cobrança de multa.

"É importante que o contribuinte que não conseguiu preencher e entregar sua declaração faça normalmente a partir desta terça-feira, não há problema nenhum, ele poderá continuar acessando o serviço, baixando o programa para preencher e enviar sua declaração. Porém, a partir desta terça haverá penalidade", disse o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

Para as pessoas que não têm imposto devido, a multa tem valor fixo de R\$ 165,74.

Para aqueles com imposto a pagar ao fim da declaração, a penalidade é de 1% sobre o valor do imposto a cada mês de atraso. A cobrança mínima é de R\$ 165,74, e há limitação até 20% do total devido.

Além disso, é preciso observar a data de vencimento do imposto a pagar. Sobre as cotas vencidas, passará a incidir uma multa de 0,33% ao dia, acrescida de juros calculados a partir da taxa Selic. Nesse caso, o valor também é limitado a 20% do tributo devido.

Tostes ressalta que, caso o contribuinte, ainda assim, não faça a declaração, a Receita pode abrir um procedimento especial com cobrança de multas mais elevadas.

De acordo com o fisco, até o fim da tarde desta segunda-feira, cerca de 29,6 milhões de contribuintes haviam enviado suas declarações.

Somente o último dia do prazo foi registrada a entrega de 1,7 milhão de formulários. Apesar do volume, não houve registro de instabilidade no sistema. Declaração do IR ainda deve ser entregue, mas há multa

Sistema da Receita continua aberto, após fim do

prazo, nesta segunda; penalidade mínima é de R\$ 165,74. O órgão do Ministério da Economia estimou, inicialmente, que 31 milhões de declarações seriam entregues neste ano. Até o início da noite desta segunda, a expectativa era que essa meta seria alcançada nas últimas horas do prazo.

No balanço das declarações entregues, 55% tiveram como resultado a restituição de imposto, e 20%, imposto a pagar. Outros 25% não têm nada a pagar ou a receber.

O primeiro lote de restituição do imposto foi liberado nesta segunda, com um total de R\$ 6 bilhões. Nesse pacote, foram beneficiadas 3,4 milhões de pessoas, principalmente contribuintes com idade superior a 60 anos.

No total, serão cinco lotes de restituição, com pagamentos mensais que serão feitos até o dia 30 de setembro. O valor total a ser restituído é de R\$ 25,6 bilhões.

Não entreguei a declaração no prazo, o que faço agora?

Sistema da Receita continuará aberto para preenchimento e envio, mas haverá cobrança de multa

Para pessoas que não têm imposto devido, multa tem valor fixo de R\$ 165,74

Para aqueles com imposto a pagar, penalidade é de 1% sobre o valor do imposto a cada mês de atraso

A cobrança mínima é de R\$ 165,74 e há (imitação até 20% do total devido

Sobre as cotas de imposto devido vencidas, incidirá multa de 0,33% ao dia acrescida de juros calculados a partir da taxa Selic. Valor também é limitado a 20% do tributo devido

Caso o contribuinte, ainda assim, não faça a declaração, a Receita pode abrir procedimento especial com cobrança de multa mais elevadas

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

45

Receita Federal eleva previsão de declarações do IR para 34,1 milhões

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A **Receita Federal** elevou para 34.089.712 o número de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física que devem ser enviadas neste ano. Segundo o Fisco, o aumento no envio de declarações retificadoras em relação ao ano passado foi responsável pelo ajuste na estimativa, que inicialmente estava em cerca de 32 milhões de documentos.

Ao considerar o número de contribuintes, a estimativa passou de 31 milhões para 31.000.800. Até as 17h de ontem, segundo o balanço mais recente, 29.600.832 contribuintes haviam enviado 32.549.400 declarações. Desse total, 2.949.343 eram retificadoras e 1.778.523 haviam sido retidas para malha-fina.

Segundo o supervisor do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca, o Fisco esperava receber 3.058.832 declarações até as 23h59min59s de ontem, último dia de entrega. Até as 17h desta segunda-feira, 1,627 milhão de documentos haviam sido enviados.

Sem incidentes

O presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Gileno Barreto, disse que não foram registrados incidentes no último dia de entrega. Ao todo, 114 servidores (computadores centrais) foram usados pelo Serpro para receber as declarações, com a ocupação máxima em menos da metade nos horários de pico. O tempo médio de transmissão de cada declaração está em 0,3 segundo.

"Tivemos um pico de entregas no último dia, e tudo transcorreu sem o menor tipo de problema ou de atrasos, como aliás acontece há muitos anos", declarou Barreto.

Canais alternativos

O envio de declarações por canais alternativos deu um salto neste ano. O total de documentos entregues por celular ou tablet aumentou de 1.156.752, em 2020, para 1.343.863 em 2021. O número de declarações enviadas pelo Centro de Atendimento Virtual da Receita (e-CAC), que permite o preenchimento diretamente pela internet, sem necessidade de baixar o programa gerador, passou de 91.572, em 2020, para

288.730 em 2021.

O principal motivo para o aumento no uso do e-CAC foi a ampliação do uso da declaração pré-preenchida, que neste ano foi estendida para os usuários do Portal Gov.br com contas prata ou ouro (contas com reconhecimento facial e armazenamento mais detalhado de dados). Nessa modalidade, o contribuinte recebe um rascunho da declaração com base em informações do empregador e de empresas com quem teve algum relacionamento, bastando conferir os números e enviar o documento.

O total de declarações pré-preenchidas transmitidas até as 17h de ontem somou 268.258, cerca de 20 mil a mais que o enviado em todo o ano passado (248.125). O e-CAC permite o envio tanto de declarações pré-preenchidas como o preenchimento de declarações de zero. Mesmo assim, o modelo tradicional, com a declaração preenchida no computador com o programa gerador continua a modalidade preferida dos contribuintes, com 95% dos envios.

Imposto a restituir

Segundo José Carlos Fonseca, a expectativa é que 55% das declarações deste ano tenham imposto a restituir; 21%, a pagar; e 24%, sem imposto a pagar nem a restituir. Em relação à malha-fina, o supervisor do Imposto de Renda disse esperar que as cerca de 1,8 milhão de declarações retidas caiam pela metade até o fim de setembro, quando será pago o último lote de restituição, por causa da autocorreção de informações pelos contribuintes.

O primeiro lote de restituição, que totalizou R\$ 6 bilhões, teve a consulta liberada no último dia 24 e foi pago ontem. A Receita divulgou uma previsão do tamanho dos próximos lotes. O segundo lote, que será pago em 30 de junho, também somará R\$ 6 bilhões. O terceiro e o quarto lotes, pagos no último dia útil de julho e de agosto, destinarão R\$ 5 bilhões, cada um. O quinto e último lote, previsto para 30 de setembro, terá R\$ 3,6 bilhões.

Adiado em um mês por causa da nova onda da pandemia, o prazo de entrega das declarações do Imposto de Renda acabou ontem. Quem perdeu o prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Pacheco questiona o comprometimento do governo com reforma

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confidenciou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que o presidente Jair Bolsonaro não quer a aprovação da reforma administrativa e não trabalhará por ela, apesar de, publicamente, estar em campanha pela aprovação do projeto.

Segundo fontes, isso foi dito por Guedes em encontro com Pacheco na semana passada e foi o que motivou declarações do presidente do Senado dadas ontem, questionando o comprometimento do governo com a reforma. Ele disse, em evento, que "há compromisso absoluto" do Legislativo com o andamento da proposta, porém, demonstrou preocupação com a possibilidade de esvaziamento do texto.

"Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa? Esse é um questionamento que precisamos fazer e ter clareza nessa discussão junto à Casa Civil, à Secretaria de Governo e à própria Presidência da República: se há vontade de fazer uma reforma administrativa em um ano pré-eleitoral ou não", afirmou. "Para que não tenhamos uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para não votar. Quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que precisamos ter com o governo federal", afirmou Pacheco. O senador disse manter a previsão de aprovação da reforma administrativa e tributária ainda neste ano.

No entanto, Guedes já está ciente de que a reforma administrativa não agrada a Bolsonaro em um ano pré-eleitoral. A avaliação entre lideranças políticas é que a defesa da proposta ficará "só no discurso", se tratando de mais uma daquelas situações em que o presidente faz Guedes acreditar que tem seu apoio, mas trabalha nos bastidores contra o que o ministro defende.

A reforma administrativa propõe uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público dos três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal. O projeto acaba com a estabilidade de parte dos futuros servidores - ela passará a ser garantida somente aos servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, como diplomatas e auditores da **Receita Federal**.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2021-06->

01

Bolsonaro não quer reforma, diz ministro

Apesar de, publicamente, estar em "campanha" pela aprovação da reforma administrativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confidenciou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM- -MG), que o presidente Jair Bolsonaro não quer a aprovação do texto da reforma administrativa e não trabalhará por ela.

De acordo com fontes, isso foi dito por Guedes em encontro com Pacheco na semana passada e foi o que motivou declarações do presidente do Senado dadas ontem, questionando o comprometimento do governo com a reforma.

Mais cedo, Pacheco disse em evento que "há compromisso absoluto" do Legislativo com o andamento da proposta, porém, demonstrou preocupação com a possibilidade de esvaziamento do texto.

"Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa?

Esse é um questionamento que precisamos fazer e ter clareza nessa discussão junto à Casa Civil, à Secretaria de Governo e à própria Presidência da República: se há vontade de fazer uma reforma administrativa em um ano pré-eleitoral ou não", afirmou. "Para que não tenhamos uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para não votar.

Quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que precisamos ter com o governo federal", destacou Pacheco.

Na avaliação do presidente do Senado, "há um ambiente, pelo menos no Congresso, muito favorável" ao reconhecimento da necessidade de "diminuir o tamanho do Estado brasileiro" e "não demonizar os funcionários públicos". Durante sua fala, o senador disse manter a previsão de aprovação da reforma administrativa e tributária ainda neste ano.

A proposta de reforma administrativa propõe uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público dos três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal. Entre outros pontos, o projeto acaba com a estabilidade de parte dos futuros servidores - ela passará a ser garantida somente para os servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, como diplomatas e auditores da **Receita Federal**.

Após oito meses da sua chegada ao Congresso, a proposta de reforma administrativa foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, na última terça-feira, 25, por 39 votos favoráveis e 26 contrários.

O texto sofreu três mudanças nessa fase. O relator, Darci de Matos (PSD-SC), excluiu alguns conceitos sobre princípios da administração pública, como subsidiariedade; barrou a extinção de autarquias por decreto e liberou ocupantes de cargos típicos do Estado a terem outras atividades remuneradas.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115814>

Exigência de prova de vida do INSS volta a valer hoje

O **INSS** retomará a exigência da prova de vida a partir desta terça-feira (1º), e beneficiários que não realizarem o procedimento podem ter seus pagamentos bloqueados.

A obrigatoriedade do recadastramento anual foi suspensa em março de 2020, no início das medidas de restrição de circulação.

Quem tinha prazo para renovar a senha a partir de março de 2020 e ainda não o fez deve realizar a fé de vida até o mês estabelecido no calendário para a retomada.

O primeiro prazo a vencer, em junho, valerá para aqueles que deixaram de realizar a renovação nos meses de março e abril de 2020.

O segurado não é obrigado a esperar até o mês em que o prazo dele acaba, pois o recadastramento pode ser feito a qualquer momento.

O **INSS** permite que alguns beneficiários realizem a prova de vida em domicílio, por meio da visita de um funcionário do órgão.

Esse direito é garantido a maiores de 80 anos, e a pessoas a partir de 60 anos que tenham dificuldade de locomoção. Nesse caso, é preciso comprovar essa condição via documento médico.

O atendimento deve ser agendado pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

O **INSS** também realiza a prova de vida digital por reconhecimento facial, mas a opção só é válida para 5 milhões que foram chamados para participar do projeto, ainda em teste.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

45

Veja quem é obrigado a fazer a prova de vida do INSS em 2021

O **INSS** retoma, a partir desta terça-feira (1º), a obrigatoriedade de realizar a prova de vida. Com isso, beneficiários que não fizeram o procedimento podem ter seus pagamentos bloqueados. O recadastramento anual obrigatório foi suspenso em março de 2020, no início das medidas de restrição de circulação devido à pandemia de Covid.

Quem tinha prazo para renovar a senha a partir de março do ano passado e ainda não o fez deve realizar a fé de vida até o mês estabelecido no calendário para a retomada. Veja ao lado.

O primeiro prazo a vencer, em junho, valerá para aqueles que deixaram de realizar a renovação nos meses de março e abril de 2020.

A prova de vida pode ser feita na rede bancária. No entanto, nem sempre é necessário esperar por atendimento na agência. Em muitos casos, é possível fazer o recadastramento nos caixas eletrônicos. A opção vale, na maioria das redes bancárias, para quem tem biometria.

Segundo o **INSS**, cerca de 11,8 milhões de brasileiros devem obrigatoriamente realizar a prova de vida entre junho e dezembro deste ano. Antes ainda da retomada da obrigatoriedade, 24 milhões de segurados já tinham realizado o procedimento e estão dispensados de refazer a comprovação.

Desse total, 10,5 milhões recadastraram senhas no primeiro quadrimestre de 2021 e 13,5 milhões o fizeram em 2020. O segurado não é obrigado a esperar até o mês em que o prazo acaba; o recadastramento é feito a qualquer momento.

O **INSS** permite que alguns beneficiários realizem a prova de vida em casa, com visita de funcionário. Esse direito é garantido a maiores de 80 anos e a pessoas a partir de 60 com dificuldade de locomoção. Mas é preciso comprovar a condição de saúde com documento médico. O atendimento é agendado no Meu **INSS** ou 135. O instituto também faz prova de vida digital por biometria, mas a opção vale para cerca de 5 milhões que fazem parte de um projeto-piloto.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Lira diz que reforma tributária será a possível e melhorará sistema

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A **reforma tributária** não deverá ser grande, mas melhorará o sistema de cobrança e de arrecadação de **tributos** no país, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Em debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ele voltou a defender o fatiamento da proposta em textos que começarão a ser discutidos pelo Congresso.

Na avaliação de Lira, o desmembramento da proposta de **reforma tributária** deverá aumentar as chances de aprovação de algum trecho. "A **reforma tributária** possível não pode ser maior, mas será melhor do que o sistema atual. Temos que fazer a melhor reforma possível, não a maior **reforma tributária** impossível", declarou.

Lira também defendeu a aprovação da reforma administrativa, cujo texto foi recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O presidente da Câmara reiterou que a proposta vale apenas para os futuros servidores federais e que nenhum direito dos trabalhadores atuais será retirado.

Apesar do acordo para o fatiamento da **reforma tributária**, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu uma **reforma tributária** ampla. Diferentemente da proposta defendida pelo governo, que prevê a unificação apenas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Andrade pediu que a proposta englobe a modernização de todos os **impostos** federais, estaduais e municipais.

"A reforma do Ministério da Economia é boa, mas não vai resolver o problema. E corremos o risco de aumentar o nosso contencioso na Justiça, que é quase um **PIB** brasileiro. Precisamos da **reforma tributária** ampla e da reforma administrativa, assim como precisamos muito trabalhar a questão da insegurança jurídica. Temos inúmeros investidores querendo vir para o Brasil, mas é quase impossível entender o sistema tributário brasileiro", disse o presidente da CNI.

Vacinação

Também presente ao debate, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que ele e Lira estão "absolutamente comprometidos" com a pauta de reformas. Pacheco cobrou planejamento ao Brasil para lidar com novas ondas da pandemia e para traçar condições que permitam a retomada do crescimento.

"Algo que tem faltado ao Brasil é o planejamento. Temos que estar preparados para a eventualidade de uma terceira onda. O sistema de saúde precisa ter condições de abarcar o agravamento da crise", disse o presidente do Senado.

Lira: reforma tributária não deverá ser grande

A **reforma tributária** não deverá ser grande, mas melhorará o sistema de cobrança e de arrecadação de **tributos** no País, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP- -AL). Em debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ele voltou a defender o fatiamento da proposta em textos que começarão a ser discutidos pela Câmara ou pelo Senado, dependendo da matéria.

Na avaliação de Lira, o desmembramento da proposta de **reforma tributária** deverá aumentar as chances de aprovação de algum trecho. "A **reforma tributária** possível não pode ser a maior, mas será melhor do que o sistema atual. Temos que fazer a melhor reforma possível, não a maior **reforma tributária** impossível", declarou.

Lira também defendeu a aprovação da reforma administrativa, cujo texto foi recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O presidente da Câmara reiterou que a proposta vale apenas para os futuros servidores federais e que nenhum direito dos trabalhadores atuais será retirado.

Apesar do acordo para o fatiamento da **reforma tributária**, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu uma **reforma tributária** ampla.

Diferentemente da proposta defendida pelo governo, que prevê a unificação apenas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Andrade pediu que a proposta englobe a modernização de todos os **impostos** federais, estaduais e municipais.

"A reforma do Ministério da Economia é boa, mas não vai resolver o problema. E corremos o risco de aumentar o nosso contencioso na Justiça, que é quase um **PIB** brasileiro. Precisamos da **reforma tributária** ampla e da reforma administrativa, assim como precisamos muito trabalhar a questão da insegurança jurídica. Temos inúmeros investidores querendo vir para o Brasil, mas é quase impossível entender o sistema tributário brasileiro", disse o presidente da CNI.

Vacinação - Também presente ao debate, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que

ele e Lira estão "absolutamente comprometidos" com a pauta de reformas. Pacheco cobrou planejamento ao Brasil para lidar com novas ondas da pandemia e para traçar condições que permitam a retomada do crescimento.

"Algo que tem faltado ao Brasil é o planejamento.

Temos que estar preparados para a eventualidade de uma terceira onda. O sistema de saúde precisa ter condições de abarcar o agravamento da crise", disse o presidente do Senado.

Pacheco cobrou o avanço da vacinação contra a Covid-19. Segundo o parlamentar, a imunização em massa representa condição essencial para a recuperação da economia.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-01-06-2021/>

Mudança no cálculo do PIS/Cofins afeta União

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a retirada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) a partir de 2017 pode representar uma perda de R\$ 120,1 bilhões para a União ainda em 2021. O cálculo foi feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, em nota técnica divulgada ontem.

A perda de arrecadação média do governo federal com a exclusão do ICMS deve girar em torno de R\$ 64,9 bilhões por ano, entre 2021 e 2030, o que equivale a 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

De acordo com simulações feitas pelo economista Felipe Salto, diretor- -executivo da IFI, o valor considera o efeito acumulado no período entre 2017 e 2020, cujas compensações precisarão ser pagas pelo governo às empresas, e as perdas de arrecadação simuladas para este ano.

A projeção da IFI representa uma perda de arrecadação maior que a estimada pelo governo no anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 (Lei 13.898, de 2019), conforme Felipe Salto. O governo estimou que a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins teria impacto de R\$ 229 bilhões para um período de cinco anos, e de R\$ 45,8 bilhões em um ano.

A IFI calcula que a perda de arrecadação da União em cinco anos seria de R\$ 275,1 bilhões. Além disso, há os R\$ 72,4 bilhões estimados para o período de 2017 a 2020.

A simulação da IFI considera a participação do ICMS efetivamente arrecadado em relação às receitas obtidas com PIS/Cofins. No entanto, o STF decidiu que o imposto a ser descontado é o destacado nas notas fiscais. O impacto nas contas públicas seria maior, segundo a nota técnica.

Nesse cenário, sem levar em conta os créditos tributários abatidos pelos contribuintes, as perdas acumuladas de 2017 a 2020 seriam de R\$ 271,5 bilhões, dos quais R\$ 108,6 bilhões já teriam sido creditados.

O valor líquido das perdas seria de R\$ 162,9 bilhões ou 2% do **PIB** de 2021. E a perda média de arrecadação até 2030 chegaria a R\$ 97,299 bilhões.

"Como o ICMS permite a acumulação de créditos a serem subtraídos do valor destacado na nota, este acaba sendo quase sempre maior do que aquele", aponta Felipe Salto.

Compensação - A decisão do STF, em tese, vai diminuir o que atualmente é pago pelas empresas em PIS e Cofins e representa uma queda de arrecadação da União, mas, segundo Felipe Salto, uma reação possível do governo seria a elevação das alíquotas do PIS/Confins para compensar a diminuição das receitas. Ele também avalia que o impacto dessa redução tributária para as empresas não representa necessariamente uma queda no valor de produtos e serviços.

"A mudança da regra, agora, poderá não levar a um repasse para os preços percebidos pelos consumidores.

Isso porque o benefício tende a ser assimilado pelas empresas e a afetar a economia de maneira mais agregada. O efeito poderá ser reduzido ou nulo, uma vez que a medida abarca parte relevante do mercado. Os ganhos derivados da redução do imposto tendem a ser apropriados pelas próprias empresas", aponta Felipe Salto.

No dia 15 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a base da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), **tributos** federais, não deve conter o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual.

A modulação da decisão ocorreu em 13 de maio de 2021, com efeitos retroativos a 15 de março de 2017, determinou-se que o valor a ser utilizado para o cálculo das compensações tributárias será o valor do ICMS destacado nas notas fiscais (e não o valor efetivamente arrecadado).

Assim, empresas que, de março de 2017 até hoje, pagaram PIS e Cofins usando uma base de cálculo que incluía o ICMS, têm direito ao ressarcimento do

valor que pagaram a mais.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-01-06-2021/>

INSS quer instalar autoatendimento

O **INSS** iniciou um projeto-piloto em Brasília para desenvolver um novo modelo para as agências e atendimento a segurados.

A ideia é que sejam instalados totens de autoatendimento orientado, semelhante ao serviço que os bancos oferecem nos caixas eletrônicos, com servidores orientando os segurados a usar os serviços do **INSS**. Mais da metade do movimento das agências, afirmou o presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, é de segurados em busca de serviços que já são digitais.

Dos 96 serviços oferecidos pelo órgão, 90 podem ser feitos pelo Meu **INSS**.

Entre as exceções, estão as perícias médicas, que são realizadas pelos peritos, e as análises sociais para concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), feitas por assistentes sociais. Os dois serviços são prestados nas agências.

Segundo Rolim, milhares de segurados ainda comparecem aos postos de atendimento do **INSS** para tirar um extrato. Com o autoatendimento orientado, ele prevê reduzir o tempo de espera nas agências e direcionar os servidores para análise de benefícios. "O piloto ainda conta com computadores e impressoras, para que um servidor oriente os segurados no autoatendimento. Os totens devem ser instalados no futuro. Ainda não há um prazo para isso, mas queremos melhorar a experiência para os segurados" disse à reportagem.

Com as restrições para atendimentos nas agências ao longo de 2020, o número de benefícios analisados pelos servidores do **INSS** disparou 75%. Em 2019, foram analisados 7,5 milhões de benefícios. No ano passado, foram 13,1 milhões. Segundo Rolim, o aumento de produtividade ocorreu em um momento de redução no número de servidores. O **INSS** tinha 30.626 colaboradores em 2018.0 total caiu para 23.032 em 2019 e desceu a 22.903 no ano passado, contando com os temporários contratados.

A fila de espera por benefícios do **INSS** caiu 15,3% em 2020, diz o órgão.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Pacheco e Lira divergem sobre apoio do governo

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), manifestaram nesta segunda-feira (31) avaliações divergentes sobre o compromisso do governo federal com a reforma administrativa em um ano pré-eleitoral. Pacheco e Lira participaram do evento Indústria em Debate, realizado pela Editora Globo e patrocinado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), através do Sesi e Senai.

O presidente do Senado elogiou o encaminhamento da reforma administrativa na Câmara e considerou que, no Congresso, o ambiente é favorável ao enxugamento do estado brasileiro. Pacheco defendeu ainda que os funcionários públicos não são o problema, mas sim a produtividade e a estabilidade.

Pacheco afirmou que, assim como Lira, tem o compromisso de tocar a reforma administrativa. "Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa?", perguntou. "Esse é um questionamento que nós precisamos fazer e nós vamos ter clareza nessa discussão, junto à Casa Civil, à Secretaria de Governo, ao próprio presidente da República, se há uma vontade do governo de que façamos a reforma administrativa num ano pré-eleitoral ou não", disse.

"Isso nós precisamos também ter uma clareza para que não tenhamos ali uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para poder não votar uma reforma administrativa", complementou. "Eu quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que eu e o presidente Arthur Lira precisamos ter com bastante clareza com o governo federal em relação à reforma administrativa. "

Lira também reiterou acreditar na aprovação da reforma administrativa, e disse confiar no compromisso do governo com essa agenda. "Eu acredito no apoio do governo à reforma administrativa, foi oriunda dele", disse. Para ele, a versão de que o "governo federal, o Poder Executivo, veiculada por alguns meios, que não apoiará a reforma administrativa é um contrassenso" que não encontra amparo na Câmara.

O deputado afirmou novamente que a **reforma tributária** deve ser aprovada primeiro por tratar de um

tema único. Na semana passada, em evento do BTG Pactual, o presidente da Câmara afirmou que pretendia entregar a reforma ao Senado no início do segundo semestre. (FP)

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/01-junho-2021/1o-caderno>

Crise hídrica pode impactar inflação, afirma secretário

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou ontem que a chegada de uma nova crise hídrica ao país, com impacto no setor elétrico, gera risco à retomada da atividade econômica e pode ter repercussão sobre a **inflação**. O secretário do ministro Paulo Guedes (Economia) participou de audiência pública no Congresso sobre medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Ele disse que a vacinação pode impulsionar a economia e melhorar as contas do governo, mas ponderou que o risco no setor elétrico não pode ser ignorado.

"Claro que a gente tem riscos pela frente, essa crise hídrica é um risco, a gente não pode ignorar isso. É um risco que pode ter repercussão na reace-leração da economia e na **inflação**", disse. A preocupação de membros do Ministério da Economia é que a retomada da economia possa esbarrar em uma limitação da capacidade de fornecimento de energia. O país passa por uma redução dos níveis de chuva, o que, segundo o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou na sexta-feira (28), criou "uma das maiores crises energéticas do país".

O governo emitiu alerta de emergência hídrica em cinco Estados: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Na sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a aplicação do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha para o mês de junho, ao custo de R\$ 6,243 para cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. A medida tem impacto direto no custo da energia para os consumidores e produz efeito sobre os índices de **inflação**.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15921>

Contas públicas têm superávit recorde em abril

As contas do setor público consolidado registraram superávit primário de R\$ 24,255 bilhões em abril, informou o Banco Central (BC), ontem. Trata-se do melhor resultado para meses de abril desde o início da série histórica do BC, em dezembro de 2001, ou seja, em 20 anos.

Isso significa que, no período, as receitas com **impostos** do setor público superaram as despesas.

A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

Os dados englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais. O BC também divulgou ontem que a dívida bruta brasileira caiu para 86,7% do **PIB** (R\$ 6,66 bilhões). Em abril de 2020, houve déficit (despesas superaram as receitas) de R\$ 94,302 bilhões por conta dos gastos relacionados com a pandemia do coronavírus.

Em abril, ainda de acordo com o BC, o governo federal respondeu por um superávit primário de R\$ 16,265 bilhões; os estados e municípios a ex apresentaram um resultado positivo (superávit) de R\$ 6,972 bilhões; as empresas estatais registraram um superávit primário de R\$ 1,019 bilhão.

O bom resultado das contas públicas, em abril deste ano, está relacionado com uma arrecadação recorde de **impostos**, apesar dos efeitos da segunda onda da covid-19 na economia.

Além disso, como o Orçamento de 2021 foi sancionado somente no fim de abril, os gastos públicos ainda estavam contidos - as regras limitam as despesas até a sanção da peça orçamentária.

PARCIAL No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, ainda segundo o BC, as contas públicas registraram um superávit primário de R\$ 75,841 bilhões. Com isso, houve melhora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foi registrado um rombo fiscal (déficit primário) de R\$ 82,583 bilhões.

Para este ano, o setor público está autorizado a registrar déficit primário de até R\$ 250,89 bilhões.

Porém, com a autorização do Congresso Nacional

para excluir da meta algumas despesas extraordinárias relacionadas com a Covid-19, estimadas em cerca de R\$ 100 bilhões até o momento, o rombo será maior que a meta. Em todo o ano passado, por influência da pandemia de covid-19, o resultado negativo bateu recorde ao somar R\$ 702,9 bilhões.

JUROS Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta - no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional - houve superávit de R\$ 29,966 bilhões nas contas do setor público em abril.

Já em 12 meses até abril deste ano, o resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 827,224 bilhões, o equivalente a 10,76% do **PIB** - valor alto para padrões internacionais e economias emergentes.

Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto do déficit primário elevado, das atuações do BC no câmbio, e dos juros básicos da economia (Selic) fixados pela instituição para conter a **inflação**.

Atualmente, a Selic está em 3,5% ao ano.

Segundo o BC, no mês passado houve receita com juros nominais somaram R\$ 5,711 bilhões, relacionada com a queda do dólar no período - gerando ganhos nos contratos de "swap cambial".

Em doze meses até abril, porém, as despesas com juros somaram R\$ 282,698 bilhões (3,68% do **PIB**).

DÍVIDA A dívida bruta do setor público brasileiro, indicador que também é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco, recuou novamente em abril. Em dezembro do ano passado, a dívida estava em 88,8% do **PIB**, somando R\$ 6,61 trilhões. Em março deste ano, atingiu 88,9% do **PIB** (valor revisado), o equivalente a R\$ 6,72 trilhões.

Já em abril de 2021, a dívida bruta brasileira caiu para 86,7% do **PIB** (R\$ 6,66 bilhões), informou o Banco Central.

Site:

**[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login&edicao=115814](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115814)**

Endividamento bate novo recorde - ECONOMIA

RUBENS FROTA

O percentual de brasileiros endividados, no País, segue alcançando recordes históricos, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em maio de 2021, esse número chegou a 68% do total de famílias, máxima da série histórica (iniciada em 2010), alta de 0,5 ponto percentual em relação a abril e de 1,5 ponto em comparação com maio do ano passado. O sexto aumento seguido no endividamento, desta vez, acompanhou, também, a primeira alta, em 8 meses, na inadimplência. Desde agosto do ano passado, é a primeira vez que o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso aumenta na passagem mensal, alcançando 24,3% em maio, mas ainda 0,8 ponto percentual abaixo do apurado no mesmo período de 2020.

A parcela dos brasileiros que declararam que não terão condições de pagar contas ou dívidas e que permanecerão inadimplentes também aumentou para 10,5%, mas teve queda de 0,1 ponto em relação ao mesmo mês de 2020. Na avaliação da CNC, houve uma piora no orçamento das famílias em maio, com a alta da inadimplência, mas esse era um movimento esperado. A renda se mantém baixa, com fragilidades no mercado de trabalho, incluindo um menor impacto de benefícios assistenciais, caso do auxílio emergencial reduzido.

Iguaria de luxo

Com a covid-19, a falta de renda e a explosão do preço da carne excluem as classes C, D e E, que abandonam a proteína animal por necessidade. O atual patamar de consumo no País - o menor em 25 anos -, de 27,6 quilos ao ano por habitante, é 46% inferior ao registrado no auge do consumo, em 2006, quando o brasileiro tinha à sua disposição 42,8 quilos de carne bovina ao ano, segundo a Conab. Com o repique da pandemia e o aumento da taxa de desemprego (que beira os 15%), o consumo deve cair ainda mais, para 26,4 quilos per capita.

Crise hídrica

O Ministério da Economia destacou que a nova crise hídrica ao País, com impacto no setor elétrico, gera risco à retomada da atividade econômica e pode ter

repercussão sobre a **inflação** (e já está sendo cobrada essa fatura mais pesada a partir de hoje, com a bandeira vermelha 2). A vacinação pode impulsionar a economia e melhorar as contas do Governo, mas o risco no setor elétrico não pode ser ignorado. A preocupação de membros da pasta é que a retomada da economia esbarre em uma capacidade limitada de fornecimento de energia.

Sensação de ter ouvido antes

"A economia brasileira está de novo em uma rota surpreendente. Está dando indicações de que pode crescer bem acima dos 3,4% neste ano. As revisões do mercado para crescimento estão acima de 4% e há quem preveja 5%", afirmou o ministro da Economia Paulo Guedes, durante o Fórum de Investimentos Brasil 2021 (BIF), um evento internacional sobre atração de investimentos estrangeiros para o Brasil.

Desperdício

Estudo da CNT, de 2019, aponta que o Brasil utiliza, comercialmente, para transporte de cargas e passageiros, só 30,9% dos 63 mil quilômetros de rios com potencial de navegação. Especialistas apontam que, desde a divulgação do estudo, pouca coisa mudou. A importância dos rios é que barateiam o transporte, e poderia haver desconto para o consumidor final. Uma carga levada por rio tem um frete 60% menor do que por caminhões. Pesam falta de infraestrutura, de planejamento e de vontade política.

CDL promove palestra com Abílio Diniz

O empresário Abílio Diniz é o convidado do Ciclo de Estudos, projeto desenvolvido pela CDL de Fortaleza e Faculdade CDL, marcado para o próximo dia 9 de junho, às 18 horas, ao vivo, pela plataforma do YouTube. "Brasil: Cenário e perspectivas na visão de Abílio Diniz" será o tema do encontro que chega a sua 5ª edição. O bate-papo transmitido pelo canal da CDL de Fortaleza no Youtube tem acesso gratuito.

Site: <https://issuu.pdf-downloader.com/download.php?documentId=210601012539-935af96f70ba062f449e6fde21dbb235&count=12&ck=f>

Crise econômica pode ter impacto na inflação e na economia

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a chegada de uma nova crise hídrica ao país, com impacto no setor elétrico, gera risco à retomada da atividade econômica e pode ter repercussão sobre a **inflação**.

O secretário do ministro da Economia Paulo Guedes participou de audiência pública no Congresso sobre medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Ele afirmou que a vacinação pode impulsionar a economia e melhorar as contas do governo, mas ponderou que o risco no setor elétrico não pode ser ignorado.

"Claro que a gente tem riscos pela frente, essa crise hídrica é um risco, a gente não pode ignorar isso. É um risco que pode ter repercussão na reaceleração da economia e na **inflação**", disse.

A preocupação de membros do Ministério da Economia é que a retomada da economia possa esbarrar em uma limitação da capacidade de fornecimento de energia. O governo emitiu alerta de emergência hídrica em cinco estados: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Na sexta-feira passada, a Aneel anunciou a aplicação do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha para o mês de junho, ao custo de R\$6,243 para cada 100kWh (quilowatt-hora) consumidos.

A agência citou "condições hidrológicas desfavoráveis" em maio para ativar o patamar mais caro do sistema de bandeiras tarifárias. Em maio vigorou no país a bandeira tarifária vermelha, patamar 1, em que o acréscimo é de R\$ 4,169.

A medida tem impacto direto no custo da energia para os consumidores e produz efeito sobre os índices de **inflação**.

Durante evento organizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), cobrou do governo respostas sobre a iminência de uma escassez energética no Brasil.

O secretário de Fazenda também afirmou que o Brasil tem nível elevado de endividamento e possui hoje pouco espaço para implementar novas medidas de

enfrentamento à pandemia. Ele ponderou que as ações necessárias serão adotadas pelo governo.

Site: <https://issuu.pdf-downloader.com/download.php?documentId=210601012539-935af96f70ba062f449e6fde21dbb235&count=12&ck=f>

Guedes: 'economia está em rota surpreendente'

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem a potenciais investidores internacionais que a "economia brasileira está de novo em uma rota surpreendente", ao destacar que o governo e o mercado estão revendo as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2021. "A economia brasileira está dando indicações de que pode crescer bem acima dos 3,4% este ano. As revisões do mercado para crescimento estão acima de 4% e há quem preveja Brasil pode oferecer oportunidades únicas, afirma o presidente 5%", afirmou Guedes, durante o Fórum de Investimentos Brasil 2021, evento internacional para atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, organizado pela Apex-Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo federal.

Ele disse que organismos internacionais erraram em previsões de crescimento do Brasil em 2020 e "parece" que se equivocarão de novo em 2021". Hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai divulgar o resultado do **PIB** do primeiro trimestre.

"Vamos aprovar, nos próximos dias, MP que melhora o ambiente de negócios, de 30 a 40 posições no ranking mundial de ambiente de negócios", disse Guedes.

Há dois meses, o governo federal editou a MP, com forte impacto na facilidade de se fazer negócios no Brasil e no ranking Doing Business. O Brasil ocupa atualmente o 124º lugar e o objetivo de médio prazo do Ministério da Economia é chegar ao Top50 do ranking.

Guedes afirmou aos investidores que o governo está reforçando a vocação da agroindústria. "Vamos reindustrializar o Brasil com energia barata", disse, num momento em que aumentam as preocupações no País sobre a falta de energia.

Ele salientou que o Executivo está encaminhando um projeto de **reforma tributária** ao Congresso Nacional, depois de já ter enviado o que trata da administrativa. "As reformas administrativa e tributária devem avançar este ano", previu.

O ministro disse também que espera "leilões bastante concorridos" para a privatização dos Correios e Eletrobras.

Já o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, durante

sua fala de abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2021, que, apesar de a crise sanitária criada pela pandemia da covid-19 "ensejar preocupações", ela "não tem o poder de comprometer o longo prazo de uma das maiores economias do mundo". "O Brasil está mais do que nunca preparado para oferecer oportunidades únicas a investidores de todo mundo por meio de suas potencialidades", afirmou.

Aos potenciais investidores, Bolsonaro disse que a economia brasileira já retomou a recuperação e que o País também voltou a gerar" empregos. "Meu governo tem o compromisso com reformas e projetos para reduzir o custo Brasil." Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a taxa de desemprego atingiu o nível recorde de 14,7% no primeiro trimestre e que 14,8 milhões de brasileiros estavam em busca de trabalho no período.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2021-06-01>

Mercado prevê crescimento econômico de 3,96% neste ano

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) elevaram a projeção para a K expansão da economia brasileira pela sexta semana consecutiva. A previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - subiu de 3,52% para 3,96%.

Para o próximo ano, a estimativa de crescimento do **PIB** caiu de 2,30% para 2,25%, na segunda redução consecutiva. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** em 2,50%.

As estimativas estão no boletim Focus dessa segunda-feira (31), pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Inflação

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 5,24% para 5,31%, na oitava alta consecutiva.

Para 2022, a estimativa de **inflação** foi ajustada de 3,67% para 3,68%. Tanto para 2023 como para 2024, a previsão para o índice é de 3,25%.

A estimativa para 2021 está quase no limite superior da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior, de 5,25%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, fixada atualmente em 3,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic termine 2021 em 5,75% ao ano. Na semana passada, a previsão era 5,5% ao ano. Para o fim de 2022, 2023 e 2024, a estimativa é de que a taxa básica encerre estes períodos em 6,5% ao ano.

Custo de remédios atinge sobretudo as pessoas idosas

Karina Arruda

Custo dos remédios aperta as despesas domésticas das famílias. Os idosos que tomam medicamentos de uso contínuo são os mais afetados. Desde abril, os medicamentos tiveram correção que variam de 6,79% a 10,08%, conforme aprovado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O reajuste complica ainda mais a situação dos consumidores, que já enfrentam **inflação** recorde em diversos outros produtos.

Levantamento realizado pelo Instituto Febrifar de Pesquisa e Educação Corporativa (Ifepec) destaca que 59% dos consumidores já deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro.

A pensionista Anátalia Campos, 60, se assustou ao realizar compras de medicamentos no mês passado. Um dos que usa para controlar a hipertensão custava entre R\$ 15 e R\$ 17. Em abril, subiu para quase R\$ 30. "Com desconto, paguei R\$ 25. Além desse, tomo um para repor cálcio, que custa R\$ 70. Nem paro demais para analisar o preço, porque o remédio é essencial", menciona ela, dizendo que a ajuda da família é fundamental para manter a rotina de tratamento, devido à **inflação** dos itens essenciais.

Também hipertenso, o funcionário público Otávio da Costa Filho, 60, toma remédio diariamente há cerca de 8 anos. De R\$ 140, o seu medicamento subiu para R\$ 170. "É algo que não pode faltar, porque é de uso contínuo. Mas a maioria é assalariado e tem gasto grande com a medicação, mas não pode ficar sem. A gente tenta balancear, fazer um planejamento do mês, para não impactar muito no orçamento".

Gilvanda Silva, 48, toma 3 medicamentos e agradece por não precisar desembolsar um alto preço, já que são fornecidos pelo programa Farmácia Popular a custo zero. "Se eu tivesse que pagar, estaria comendo cascalho com feijão, porque lá em casa somos eu, a mulher e 6 filhos", brinca o segurança. "É uma maravilha esse programa, porque com o salário que eu ganho não teria condições de comprar", completa. Fernando Arévalo, FARMACÊUTICO da Farma Popular, explica que o reajuste médio nos preços dos medicamentos foi em torno de 8%. "Em farmácia, dependendo do volume de compra, a gente aumenta o desconto dele e repassa para o cliente. O

que acontece agora é a disputa de preços. O cliente vem, fazendo orçamento em vários estabelecimentos, e nas mais baratas eles compram". Com os descontos oferecidos nesta rede de farmácias, as reduções variam de 25% a 60% sobre os preços originais dos medicamentos para os clientes.

Congresso estuda suspender o reajuste

O reajuste concedido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) em abril pode ser suspenso caso o projeto de lei (PL) 939/2021, aprovado pelo Senado Federal, tenha andamento na Câmara dos Deputados. A proposta tem como apelo o período de pandemia e os altos lucros da indústria farmacêutica.

O projeto contém dispositivo para tornar inválidos os aumentos deste ano, que ocorreram antes de sua promulgação.

Porém, a medida não dá direito a ressarcimento de valores já pagos. Caso o PL seja aprovado, as farmácias acreditam em uma alta no faturamento, já que os clientes poderiam levar para casa outros itens, como perfumes, cosméticos, entre outros.

"Se for revogado, vai aumentar as vendas, porque as pessoas vão ter mais poder de compra. E, automaticamente, vai comprar mais. Leva os de uso contínuo para mais meses ou leva outros produtos", acredita o gerente da DrogaPharma, Flávio Machado.

Fernando Arévalo, da Farma Popular, também acredita que os clientes passarão a levar outros produtos, principalmente medicamentos sem prescrição médica.

"Para nós, teria um impacto positivo de vendas, como em vitaminas, dipironas, remédio para dor de cabeça, perfumaria. A pessoa vem para comprar um remédio e quando vê o preço, desiste de levar outros itens", explica.

No ano passado, o governo federal tentou suspender por 60 dias o reajuste dos medicamentos por meio de uma medida provisória (MP 933/2020), mas ela acabou perdendo a validade sem ser votada pelo Congresso. (KA)

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10569>

Como seca histórica traz risco de inflação e racionamento

O SNM (Sistema Nacional de Meteorologia) emitiu na sexta-feira (28) um alerta de emergência hídrica entre junho e setembro para cinco estados - Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

A falta de chuvas é considerada crítica na região da bacia do rio Paraná, que concentra importantes usinas hidrelétricas, como Jupia, Ilha Solteira, Porto Primavera e Itaipu.

O **comunicado** se soma a uma sequência de notícias que expõem uma das piores secas que o país já enfrentou, concentrada na região Centro-Sul

Dados divulgados em abril pelo CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) apontaram que, entre setembro de 2020 e março deste ano, as hidrelétricas do país receberam o menor volume de chuvas em 91 anos.

O **comunicado** se soma a uma sequência de notícias que expõem uma das piores secas que o país já enfrentou, concentrada na região Centro-Sul

A situação piorou em abril, conforme o Índice Integrado de Seca do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), com intensificação da seca em relação a março.

A área mais afetada no período estava localizada entre São Paulo, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e oeste de Minas Gerais. Nessa região, 248 municípios estavam em condições consideradas de seca extrema, uma categoria anterior ao pior da escala de cinco níveis, a seca excepcional.

*

Conta de luz mais cara

O impacto mais direto desse quadro é no preço da energia elétrica.

"O Sudeste, onde a situação dos reservatórios é pior, responde por cerca de 70% da produção de energia hidrelétrica do país", destaca Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital Markets.

Neste mês, a Aneel adotou a bandeira vermelha patamar 2, a mais cara entre as quatro consideradas

pela agência.

A depender do regime de chuvas nos próximos meses, acrescenta Argenta, o quadro pode demandar "políticas governamentais específicas para contornar a situação".

Seca, alta das commodities e efeito dólar

Os impactos econômicos da seca, contudo, vão muito além da energia elétrica. De forma geral, a falta de chuvas tem provocado quebras de safra em importantes regiões produtoras de alimentos.

Com menor disponibilidade dos produtos, os preços sobem. A lista é longa: milho, açúcar, café, trigo, laranja, carne, ovo, leite e até combustíveis.

Na atual conjuntura, o efeito-seca é agravado por dois outros fatores. Com o aumento das cotações internacionais das commodities e o dólar caro, os produtores têm um incentivo maior para exportar. Vender para fora se torna financeiramente mais vantajoso.

Essa dinâmica reduz ainda mais a oferta dentro do país - e deixa mais cara a tarefa de colocar comida na mesa.

O gerente de consultoria Agro do Itaú BBA, Guilherme Bellotti, dá o exemplo ilustrativo do milho.

Enquanto a seca provocou uma quebra da segunda safra do cereal, reduzindo a expectativa inicial de produção de 86 milhões de toneladas para algo entre 65 milhões e 70 milhões de toneladas, a cotação na Bolsa de Chicago disparou nos últimos meses.

Essa equação reduziu a oferta interna de milho.

"As indústrias vão ter que competir [pelos contratos]."

O efeito da alta do milho é uma espécie de reação em cadeia, já que a maior parte da produção vira insumo na indústria de proteína animal. Assim, com as rações mais caras, a tendência é de aumento também nos preços da carne de porco e de frango.

Bellotti ressalta que, especialmente no caso do frango, muitas empresas têm absorvido os aumentos de custos porque não veem espaço para repassá-los aos

consumidores, já que o país registra desemprego recorde e convive com uma versão bastante reduzida do auxílio emergencial.

A compressão das margens de lucros, entretanto, tem chegado ao limite. Assim, na avaliação do economista, ou os produtores vão repassar essa alta de custos ou vão segurar a oferta, de modo a empurrar os preços para cima. De um jeito ou de outro, o consumidor vai pagar mais caro.

A carne de boi também vai ficar mais cara. Além do milho, o preço interno da soja, outro ingrediente das rações, também tem subido. A seca afetou ainda o pasto em alguns estados, levando os produtores a antecipar a oferta (ou seja, abater os animais antes do previsto), reduzindo a expectativa de oferta para os demais meses do ano.

O economista chama a atenção para o caso do açúcar, que também gera uma espécie de efeito dominó.

A falta de chuvas entre fevereiro e abril atrasou o início da colheita da commodity e diminuiu a expectativa de produção. A alta das cotações da Bolsa de Nova York, por sua vez, estimulou as exportações. Resultado: o preço médio da saca de 50 quilos praticado dentro do país foi 40% maior do que o registrado em abril de 2020, de acordo com o Indicador do Açúcar Cristal do Cepea.

Essa dinâmica tem impacto direto sobre o preço do etanol -tanto o anidro, que é misturado à gasolina, quanto o hidratado, usado para abastecer os motores movidos a álcool.

Na avaliação de Bellotti, o aumento pode chegar a tornar a gasolina mais vantajosa que o álcool em algum momento neste ano. Pela regra dos 70%, quando o preço do álcool for superior a 70% do valor da gasolina, financeiramente compensa mais abastecer com este último.

Um cenário desse tipo ajudaria a elevar a demanda por gasolina, que já tem os preços pressionados em razão da alta do dólar e da cotação do petróleo.

Todos esses efeitos vão aparecer nos índices de **inflação** nos próximos meses, concentrados nos grupos habitação e alimentação no domicílio. Este último responde por quase 20% do I PC A (índice de Preços ao Consumidor Amplo), o índice de **inflação** oficial do país.

Por que não choveu?

Uma das causas para a falta de chuvas foi um intenso

La Nina neste ano, explica o climatologista José Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Esse fenômeno natural que reduz as temperaturas da superfície do oceano Pacífico Tropical Central e Oriental com frequência tem como efeito a redução dos índices pluviométricos na região Sul e, em alguma medida, também no Sudeste e Centro-Oeste.

"A agência NOAA (Administração Oceânica e Atmosférica Nacional, em português), órgão ligado ao Departamento de Comércio dos EUA, havia informado que o La Nina tinha terminado [em abril], mas projeções mostram que poderíamos estar apenas em um período de transição, que o fenômeno freou, mas que poderia voltar a ganhar intensidade", diz.

"Isso por enquanto é uma previsão, não é uma verdade absoluta. Mas é uma possibilidade preocupante."

O meteorologista destaca que a situação hoje está concentrada no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. O quadro é estável no Nordeste e o Norte do país vem enfrentando um volume de chuvas intenso, com elevação no nível de rios.

Como o centro-sul do país está próximo de entrar no inverno, uma estação sazonalmente marcada pela estiagem, é improvável que haja reversão do quadro nos próximos meses.

"Teríamos que esperar até outubro mais ou menos e torcer para que comece a chover"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49545>

Mercado financeiro prevê alta de 3,96% na economia em 2021

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) elevaram a projeção para a expansão da economia brasileira pela sexta semana consecutiva. A previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - subiu de 3,52% para 3,96%. Brasil/página A4

"Jabutis" da Eletrobras podem custar R\$ 41 bi

Nicola Pamplona e Julio Wiziack rio de janeiro e Brasília

Entidades ligadas ao setor elétrico e à indústria calculam que os "jabutis" na MP de privatização da Eletrobras devem custar R\$ 41 bilhões ao consumidor. Esse valor seria suficiente para elevar em 10% a conta de luz.

A projeção foi divulgada nesta segunda (31) em novo manifesto contra os "jabutis" (nome dado a emendas sem relação com o texto original dos projetos de lei), que foram incluídos na MP pelo relator do projeto no Câmara, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA).

A conta considera a compra obrigatória de energia térmica e de pequenas centrais hidrelétricas e a renovação de contratos de energia renovável subsidiados. Por outro lado, é compensada pela transferência ao consumidor de outorgas que serão pagas pela Eletrobras para renovar suas concessões.

Os jabutis foram questionadas logo após sua aprovação por um grupo de 26 entidades que representam empresas do setor elétrico e grandes consumidores de energia, com fabricantes de automóveis, calçados e vidros, entre outros.

"Se aprovada como está, a MP da Eletrobras pode encarecer a conta de luz dos brasileiros e piorar a situação de indústrias e comércios que dependem da energia para produzir e gerar riqueza", disseram as entidades no manifesto divulgado nesta segunda..

O texto prevê a compra de 6.000 MW (megawatts) de usinas que devem ser instaladas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Para as associações, a contratação dessas térmicas custaria ao consumidor até R\$ 20 bilhões por ano.

As térmicas são defendidas pelas distribuidoras de gás natural, sob o argumento de que a energia gerada por termelétricas reduz o risco de racionamento e, se utilizada de forma mais constante, poderia reduzir o custo da conta de luz.

Os projetos, porém, entrariam em operação a partir de 2026, sem impactos sobre a crise energética atual.

Além das térmicas, o texto de Nascimento impõe a contratação obrigatória de energias de pequenas

centrais hidrelétricas. As imposições mudam a lógica do setor elétrico, que hoje compra energia por meio de leilões com disputa entre diversas fontes pelas tarifas mais baratas.

O manifesto divulgado nesta segunda diz que, além do custo de R\$ 41 bilhões a valor presente, a MP custaria R\$ 16 bilhões em **impostos**. "Contando os R\$ 10 bilhões para políticas públicas, o custo final é o equivalente ao valor de mercado da Eletrobras e três vezes o valor que o governo espera arrecadar com a operação."

O projeto de privatização prevê a emissão de novas ações da Eletrobras com venda dos papéis apenas a investidores privados, diluindo a participação do governo, com a justificativa de que a empresa hoje não tem condições de investir e manter sua participação de mercado.

Após a inclusão dos "jabutis", o processo passou a receber críticas até de defensores da privatização, como a economista Elena Landau, que comandou o programa de desestatização do governo FHC

No mercado, a avaliação é que, se o projeto não for alterado pelo Senado, vai criar uma reserva de mercado para atender interesses privados no setor de gás ao custo de aumento na conta de luz de todos. O principal beneficiado seria o empresário Carlos Suarez, da Termogás.

A Termogás é sócia de distribuidoras de gás canalizado ainda não atendidas por gasodutos, como a do Distrito Federal, a do Maranhão e a do Piauí, onde deve ser construída uma das usinas previstas pelo projeto.

Aneel avalia manter limitação a cortes de energia até outubro devido à pandemia

As limitações atualmente em vigor para o corte do serviço de clientes inadimplentes por distribuidoras de energia poderão ser prorrogadas até o fim de outubro, de acordo com sugestão da área técnica da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Em meio à pandemia de coronavírus, a Aneel decidiu em março que as concessionárias de distribuição ficariam impedidas até o fim de junho de suspender o fornecimento para clientes de baixa renda e para

hospitais e centros de produção, armazenamento e distribuição de vacinas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

45

Lira afirma que reforma tributária será a possível

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A **reforma tributária** não deverá ser grande, mas melhorará o sistema de cobrança e de arrecadação de **tributos** no país, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Em debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ele voltou a defender o fatiamento da proposta em textos que começarão a ser discutidos pela Câmara ou pelo Senado, dependendo da matéria.

Na avaliação de Lira, o desmembramento da proposta de **reforma tributária** deverá aumentar as chances de aprovação de algum trecho. "A **reforma tributária** possível não pode ser a maior, mas será melhor do que o sistema atual. Temos que fazer a melhor reforma possível, não a maior **reforma tributária** impossível", declarou.

Lira também defendeu a aprovação da reforma administrativa, cujo texto foi recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O presidente da Câmara reiterou que a proposta vale apenas para os futuros servidores federais e que nenhum direito dos trabalhadores atuais será retirado.

Apesar do acordo para o fatiamento da **reforma tributária**, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu uma **reforma tributária** ampla.

Metas sociais para reduzir a desigualdade (2)

Reginaldo Lopes

O abismo da desigualdade no Brasil cresceu ainda mais com a pandemia. Segundo o estudo da revista "Forbes", mais 21 empresários e banqueiros ascenderam, no ano passado, ao seletor clube dos sete dígitos, e assim o país já conta com 66 bilionários. No topo, continua figurando Jorge Paulo Lemann, que é o terceiro homem mais rico da América Latina, com uma fortuna acima de US\$ 20 bilhões.

Do outro lado do fosso, a pobreza extrema disparou no mesmo período. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional indicam que 55,2% dos lares brasileiros, ou o correspondente a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar, e 9% deles passaram fome.

É inconcebível que a fome volte a matar no país líder em exportação de alimentos. O Brasil tem que criar um grande pacto pela responsabilidade social, para enfrentar a crescente disparidade entre pobres e ricos. Ela poderia se materializar em metas anuais de enfrentamento das desigualdades, que, caso não alcançadas, poderiam gerar até crime de responsabilidade para o governante.

A nossa pobreza é tão extrema que demoraria anos para ser revertida, e o único caminho para salvar vidas é a instituição da Renda Básica Universal. Ela poderia ser garantida com a tributação dos super-ricos e grandes lucros, já que somos um dos únicos países em que a riqueza não paga impostos, o que aumenta a concentração.

Além de nenhum brasileiro sem renda, é fundamental colocar a população economicamente ativa em alguma ocupação laboral. E os dados da desigualdade refletem as mudanças no mundo do trabalho. Os setores que mais enriqueceram são intensivos em capital, e não em mão de obra, ou seja, a crise da pandemia beneficiou o capital e prejudicou o trabalho. É preciso criar mais e melhores empregos, o que na atual etapa significa reverter a informalidade e a precarização.

A concentração de riquezas está diretamente ligada à oligopolização da economia. A prova disso é a fortuna do dono da Amazon, Jeff Bezos, que, com o oligopólio criado por sua empresa no mundo, deve se tornar o primeiro trilionário. É urgente conceber um contraponto, com um novo modelo mais justo e

distributivo de produção de riquezas. Incentivar o incremento de novas atividades econômicas, investindo no cooperativismo e associativismo, que deve ser mais presente nas pequenas cidades e periferias dos médios e grandes centros.

Toda essa mudança só será possível com um Estado forte liderando a implementação da nova matriz econômica e exercendo o papel de elaborador, indutor e financiador. O Brasil precisa de um plano de recuperação econômica, investindo numa nova infraestrutura que contribua para a redução do custo Brasil. E desenvolver um ousado programa de obras públicas, que poderia investir um montante da ordem de R\$ 4 trilhões nos próximos anos, entre investimentos públicos e privados, que poderiam gerar uma média de 10 milhões de empregos.

Evidente que com o atual governo é impossível implementar essas ousadas propostas, mas é fundamental já debater e criar uma coalizão em torno delas. Podem não ser críveis para os que se acomodaram. Mas inconcebível é o país continuar criando bilionários à custa da fome de milhões.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/15921>

Alta da tarifa de energia ameaça o teto do governo para a inflação

O mercado financeiro já precificou a alta das contas de luz em consequência da situação de emergência hídrica vivida nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da geração hidrelétrica do país. A falta de chuvas contribuiu para que economistas de instituições financeiras aumentassem pela oitava vez seguida as projeções para a **inflação** deste ano, levando a estimativa do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano a superar o teto da meta fixada pelo governo. De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, a mediana das previsões passou para 5,31%, ante 5,24% no levantamento anterior. O teto da meta para 2021 é de 5,25%.

"O mercado já incorporou a elevação das tarifas da energia elétrica", afirmou Alex Agostini, economista-chefe da classificadora Austin Rating. "A cada ponto percentual na energia elétrica, temos uma contribuição de 0,4 ponto da energia. Em maio, somente por causa da bandeira vermelha, a energia foi responsável por 0,16 ponto percentual no IPCA", lembrou Agostini. O temor de que possa ocorrer um novo apagão no país também passou a fazer parte do receio de alguns analistas.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, garantiu, porém, que o país não corre o risco de sofrer um apagão ou passar por um racionamento severo de energia. No entanto, admitiu que o quadro exige cuidado e o consumidor terá de economizar, enquanto o governo busca fontes disponíveis para gerar eletricidade em substituição à que vai faltar em boa parte das usinas hidrelétricas. Em evento com investidores no Fórum de Investimentos 2021, da Apex Brasil, ele ouviu demandas dos empresários sobre investimentos no setor, principalmente em fontes renováveis, e disse que a situação é muito complexa. "Precisamos da colaboração de todos. Não tenho dúvidas que vamos superar", afirmou o ministro.

De acordo com analistas, a estiagem vai afetar o bolso do brasileiro em duas frentes. Por um lado, o consumidor terá que conviver com conta de luz mais caras, em consequência da crise hídrica. Por outro, perceberá uma significativa perda do poder de compra, porque todos os setores da economia vão repassar os custos para os clientes.

Efeito cascata

Adriano Gomes, consultor da Méthode Consultoria, destacou que, além da alta das matérias-primas, a crise hídrica adicionou mais risco ao cenário. "Não vejo a probabilidade de ocorrência de racionamento, visto que há como reequilibrar a oferta de energia por outras fontes. Porém, o uso dessas outras fontes tornará mais cara a energia para empresas e pessoas", reiterou Gomes. Felipe Queiroz, economista e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), reforçou que a energia é um bem fundamental e envolve quase todas as etapas do processo produtivo. "A alta na conta de luz produz um efeito-cascata que interfere em todos os setores da vida", disse.

O deputado Édio Lopes (PL-RR), presidente da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara, vê riscos, mas considera que "apagão é improvável", porque o governo já se prepara para fazer leilões de energia de termelétricas. "O cenário não é bom. Até o fim do ano, temos risco de falta de energia. É lógico que, com essa baixa nos reservatórios, o aumento da tarifa será inevitável. Depois da queda, vem o coice", disse o parlamentar.

Diante das críticas de especialistas sobre a falta de investimentos em energia eólica e solar, o deputado ponderou que "já houve muito recurso, principalmente nos dois últimos anos. Investimento em energia renovável não se faz de uma hora para outra, principalmente em nosso país, por questões ambientais. É uma coisa horrível, até para a implantação de uma pequena unidade. Há casos de que um plano de controle ambiental demora 12 anos. Um problema para quem quer investir", destacou.

Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Na contramão do governo Bolsonaro, que acumula recordes de desmatamento da Amazônia, afugenta fundos internacionais em favor do meio ambiente e tem um ministro acusado de conluio com madeireiros ilegais, o chefe da equipe econômica, Paulo Guedes, partiu em defesa da sustentabilidade, pelo menos no discurso. Em evento para investidores estrangeiros, ele prometeu reduzir incentivos à energia suja, como gasolina e diesel, e dar mais benefício fiscal às fontes de energia renovável na **reforma tributária**.

"Nossos incentivos não serão mais em cima de energia suja. Com nossa **reforma tributária**, estaremos avançando na isenção para economia verde e digital", prometeu o ministro, na manhã de ontem, no segundo painel da quarta edição do Fórum de Investimentos Brasil, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo federal.

Segundo os organizadores, o evento virtual registrou 5.203 inscrições, dos quais 1.435 foram de estrangeiros. O país com maior número de participantes, depois do Brasil, com 3.768, foram os Estados Unidos, com 275 inscritos, e, na sequência, veio a China, com 142. O fórum termina hoje.

Ao defender no discurso de cerca de 30 minutos a adoção de medidas para proteger o meio ambiente, uma exigência de grandes investidores e de importadores europeus, principalmente, Guedes assegurou que o país vai se tornar "o centro da economia bio sustentável". "O Brasil, entre as economias do G20 (grupo das maiores economias do planeta), tem a matriz energética mais limpa do mundo e está avançando na energia eólica e estamos dando os primeiros passos na economia do hidrogênio", disse. "A Amazônia será um centro de provisão de serviços para a economia do meio ambiente. Nós sabemos que uma árvore viva vale mais do que uma árvore morta", acrescentou o ministro.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4928194-alta-da-tarifa-de-energia-ameaca-o-teto-do-governo-para-a-inflacao.html>

Bolsonaro defende investimentos na Amazônia

O presidente Jair Bolsonaro destacou ontem, em evento voltado a investidores estrangeiros, o "potencial econômico ímpar da região Nor te", que segundo ele, ainda está muito aquém da sua realização.

A declaração foi dada em videoconferência durante a cerimônia de abertura do Fórum de Investimentos Brasil (BIF) 2021, evento organizado pela Apex- - Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e governo federal.

O presidente citou a região ao falar das "oportunidades únicas" de investimento que o País oferece ao mundo. Na ocasião, ele defendeu a exploração sustentável das riquezas na Amazônia brasileira, apontando essa estratégia como ferramenta de superação do que classifica como "paradoxo amazônico, em que baixo desenvolvimento contrasta com a riqueza ambiental única no planeta".

"O Nor te, com potencia l econômico ímpar, mas ainda muito aquém da sua realização. Em ocasião mais recente, durante a última Cúpula do Clima, chamei a atenção do paradoxo amazônico, em que o baixo desenvolvimento econômico contrasta com a riqueza ambiental única no planeta.

A adequada remuneração dos serviços ambientais prestados na região amazônica; a concretização da bioeconomia; e a exploração sustentável dos recursos florestais, minerais e agrícolas, de forma inovadora, são imperativos para superarmos esse paradoxo.

Nunca tive dúvidas de que é falso considerar opostos o desenvolvimento e a sustentabilidade", defendeu o presidente.

"Desejo, sim, ver investimento à ciência, a tecnologia e a inovação se converterem em aumento de emprego e renda para as populações amazônicas.

Em minhas viagens ao Nor te e ao Nordeste tenho acompanhado as obras de infraestrutura que contribuirão para o desenvolvimento destas regiões. Obras norteadas pela sustentabilidade que buscam melhor integrar o País e trazer crescimento econômico", complementou.

Na mesma linha, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou a defesa aos investimentos para a

Amazônia durante a sua apresentação durante o evento com investidores internacionais. "Quere - mos ajuda e investimento de fora para construir futuro digital e verde. Uma árvore viva vale mais que uma morta, biofármacos, turismo, economia verde, tudo girará em torno da Amazônia", afirmou.

Segundo o ministro, a **reforma tributária** mudará o eixo das isenções tributárias da energia "fóssil e suja" para a economia verde e digital. Apesar das críticas internacionais ao aumento do desmatamento no Brasil durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, Guedes disse que o meio ambiente é um tema decisivo para economia brasileira. "Vamos nos tornar centro da economia sustentável. A Amazônia será centro de provisão de serviços para economia do meio ambiente", completou.

O ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, foi outro a participar do evento e ressaltar a preocupação do governo em atrair investidores para amazônica. Ele destacou a importância do meio ambiente e afirmou que "é preciso buscar caminhar no caminho da conservação e o desenvolvimento da região amazônica, local onde vivem 20 milhões de pessoas."

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115814>

Senadores questionam engajamento do Executivo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), questionou ontem o comprometimento do Executivo federal com a reforma administrativa, em tramitação no Congresso. Em evento, Pacheco disse que "há compromisso absoluto" do Legislativo com o andamento da proposta, porém demonstrou preocupação com a possibilidade de esvaziamento do texto.

- Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa? Esse é um questionamento que precisamos fazer e ter clareza nessa discussão junto à Casa Civil, à Secretaria de Governo e à própria Presidência da República. Se há vontade de fazer uma reforma administrativa em ano pré-eleitoral ou não - disse.

Na avaliação do presidente do Senado, "há um ambiente, pelo menos no Congresso, muito favorável" ao reconhecimento da necessidade de "diminuir o tamanho do Estado" e "não demonizar os funcionários públicos".

Atualmente, a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e será discutida em comissão especial, etapa em que podem ser feitas mudanças no conteúdo do projeto.

Vice-presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Administrativa, a senadora Katia Abreu (PP-TO) afirmou que "alguns setores do governo estão contra a reforma administrativa" e reclamou da falta de diálogo em torno da proposta.

- Vejo Paulo Guedes (ministro da Economia), que deveria ser maior interessado, lutando muito pouco por essa reforma - disse Katia. - Talvez o presidente (Jair Bolsonaro) esteja preocupado em desagradar esse setor - comentou.

Segundo Katia, o Congresso não deve avançar nos pontos que têm provocado maior polêmica, que são a flexibilização da estabilidade do servidor e a modificação nas carreiras típicas de Estado.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Guedes diz a Pacheco que Bolsonaro não quer a reforma administrativa

Lorena Rodrigues Anne Warth / BRASÍLIA

Apesar de, publicamente, estar em "campanha" pela aprovação da reforma administrativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que o presidente Jair Bolsonaro não quer a aprovação da proposta que muda as regras para o funcionalismo público brasileiro e que não vai trabalhar por ela.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, Guedes confidenciou a contrariedade de Bolsonaro a Pacheco em encontro na semana passada, o que levou o presidente do Senado a questionar ontem, durante evento organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o real comprometimento do governo com a reforma.

A avaliação entre lideranças políticas é de que, faltando um ano para a próxima eleição presidencial, a defesa da reforma administrativa por Bolsonaro ficará "só no discurso" e que, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva crescendo nas pesquisas eleitorais, "já estamos no segundo turno" do pleito de 2022.

O texto é uma das principais "reformas estruturantes" defendidas por Guedes e sua equipe - que criou polêmica no início do ano passado ao comparar **servidores públicos** a "parasitas". Também é acompanhada com lupa pelo mercado, que vê nas mudanças uma importante forma de reduzir o tamanho do Estado e o impacto do funcionalismo nas contas públicas.

Durante o evento de ontem da CNI, Pacheco disse que "há compromisso absoluto" do Legislativo com o andamento da proposta, porém demonstrou preocupação com a possibilidade de esvaziamento do texto.

Pacheco reclamou, especificamente, do Palácio do Planalto, deixando a Economia de fora.

"Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa?

Esse é um questionamento que precisamos fazer e ter clareza nessa discussão com a Casa Civil, a Secretaria de Governo e a própria Presidência da

República. Se há vontade de fazer uma reforma administrativa em um ano pré-eleitoral ou não", afirmou o presidente do Senado. "Para que não tenhamos uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para não votar. Quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que precisamos ter com o governo federal", acrescentou.

Resistência. A reforma administrativa enviada pelo governo ao Congresso traz mudanças importantes para novos **servidores públicos** (mais informações nesta página). O texto enfrenta grande resistência entre o funcionalismo, que tem se organizado e atuado no Legislativo contra a proposta.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados na semana passada e, agora, aguarda a criação de uma comissão especial na Casa para continuar a tramitação. Entre parlamentares, porém, a visão é de que se trata de mais uma situação em que o presidente Bolsonaro faz Guedes acreditar que tem seu apoio, mas trabalha nos bastidores contra o que o ministro defende.

Segundo os parlamentares, foi o que ocorreu durante a tramitação da reforma da Previdência, quando Bolsonaro autorizou aliados a votar contra pontos da proposta. Mais recentemente, o presidente também liderou um movimento para desidratar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial e retirar policiais do congelamento previsto de salários. Contra a equipe econômica, Bolsonaro também patrocinou a tentativa de retirada do Bolsa Família do teto de gastos, mas recuou diante da reação negativa do mercado.

A senadora Kátia Abreu (PPTO), vice-presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Administrativa, também disse ontem que "alguns setores do governo estão contra a reforma administrativa" e, diferentemente de Pacheco, reclamou de Guedes.

"Vejo Paulo Guedes, que deveria ser o maior interessado, lutando muito pouco por essa reforma.

Talvez o presidente (Jair Bolsonaro) esteja preocupado em desagradar esse setor."

Em público, Guedes continua em defesa das

mudanças.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ainda ontem, em evento com investidores internacionais, o ministro disse que a reforma administrativa, assim como a tributária, deve avançar neste ano. "Vamos surpreender o mundo mais uma vez, pois o Congresso brasileiro é reformista." Coube ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocar panos quentes na situação.

"Acredito na reforma administrativa e acredito no apoio do governo à reforma administrativa.

Foi oriunda dele. Essa versão, veiculada por alguns meios, de que o governo federal e o Poder Executivo não apoiarão a reforma administrativa é um contrassenso", afirmou, no evento da CNI.

Pacheco não comentou a conversa reservada com Guedes.

O Ministério da Economia informou que Guedes ligou para o presidente do Senado ontem para reafirmar que Bolsonaro apoia, sim, a reforma administrativa. Questionado sobre o motivo de Guedes ter dito na semana passada ao senador que o presidente não apoiava as mudanças, o ministério disse que "esse assunto já foi superado quando Bolsonaro deu o aval para o envio da proposta ao Congresso Nacional".

O QUE ESTÁ EM DEBATE

I Servidores das carreiras típicas de Estado Terão regras parecidas com as atuais com estabilidade após 3 anos no serviço; o ingresso se dará por concurso público.

I Servidores com contratos de duração indeterminada Não terão a estabilidade de hoje; poderão ser demitidos se forem necessários cortes de gastos, por exemplo; o ingresso desses servidores se dará por concurso público.

I Funcionários com contrato temporário Não terão estabilidade no cargo; ingresso por meio de seleção simplificada. Pela Lei 8.745, de 1993, esse tipo de contratação pode ser feita apenas para "necessidade temporária de excepcional interesse público".

I Cargos de liderança e assessoramento, com vínculos temporários Ingresso por meio de seleção simplificada; sem estabilidade.

I Servidores com vínculo de experiência Antes que os candidatos ingressem ou no cargo típico de Estado, ou no de prazo indeterminado, têm de passar por período de, no mínimo, 2 anos para cargos típicos de Estado e 1 ano para cargos por prazo indeterminado.

Pacheco e Lira divergem sobre apoio do governo à administrativa

Danielle Brante Washington Luiz *brasil*

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), manifestaram nesta segunda-feira (31) avaliações divergentes sobre o compromisso do governo federal com a reforma administrativa em um ano pré-eleitoral.

Pacheco e Lira participaram do evento Indústria em Debate, realizado pela Editora Globo e patrocinado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), através do Sesi e do Senai. Além deles, também estiveram presentes o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney.

O presidente do Senado elogiou o encaminhamento da reforma administrativa na Câmara e considerou que, no Congresso, o ambiente é favorável ao enxugamento do Estado brasileiro. Pacheco defendeu ainda que os funcionários públicos não são o problema, mas sim a produtividade e a estabilidade.

Pacheco afirmou que, assim como Lira, tem o compromisso de tocar a reforma administrativa. "Há o compromisso do Executivo com a reforma administrativa?" perguntou. "Esse é um questionamento que precisamos fazer e vamos ter clareza nessa discussão, junto à Casa Civil, à Secretaria de Governo, ao próprio presidente da República, se há uma vontade do governo de que façamos a reforma administrativa num ano pré-eleitoral ou não", disse.

"Isso nós precisamos também ter uma clareza para que não tenhamos ali uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para poder não votar uma reforma administrativa", complementou. "Eu quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que eu e o presidente Arthur Lira precisamos ter com bastante clareza como governo federal em relação à reforma administrativa."

Lira também reiterou acreditar na aprovação da reforma administrativa e disse confiar no compromisso do governo com essa agenda. "Eu acredito no apoio do governo à reforma administrativa, foi oriunda dele."

Para ele, a versão de que o "governo federal, o Executivo, veiculada por alguns meios, que não apoiará a reforma administrativa é um contrassenso" que não encontra amparo na Câmara.

O deputado afirmou novamente que a primeira reforma deve ser aprovada primeiro por tratar de um tema único. Na semana passada, em evento do BTG Pactual, o presidente da Câmara afirmou que pretendia entregar a reforma ao Senado no início do segundo semestre.

Segundo Lira, a tributária é mais complexa.

Pacheco defendeu a simplificação do sistema tributário e disse que um dos assuntos a serem debatidos, a criação de um imposto sobre transações, ainda deve vir à tona. As discussões infraconstitucionais ficarão a cargo da Câmara, enquanto a PEC (proposta de emenda à Constituição) e um novo Refis (programa de refinanciamento de dívidas) se darão no Senado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

45